



Fernando Madrinha

fjmadrinha@hotmail.com

BELÉM EM XEQUE

A polémica das 'escutas' em Belém não é um 'caso de campanha' como a invocação forçada dos espanhóis a propósito do TGV, ou a comparação absurda de Manuela Ferreira Leite a Salazar. Estes 'casos de campanha' começaram e terminarão com ela; já o das escutas não só começou muito antes, como lhe sobreviverá, com consequências funestas para a credibilidade de um dos órgãos de soberania que são parte da controvérsia — o Governo, se for provado que promoveu espionagem em Belém, ou o Presidente, se não demonstrar que essa vigilância existiu.

No caso de ser o PS a ganhar as eleições, ficará definitivamente envenenada a relação institucional com o Presidente, por mais promessas de cooperação que voltem a fazer em público; se for o PSD o vencedor, Belém não se livra da suspeita de o ter ajudado a ganhar, intervindo na campanha para prejudicar o PS, embora por fim, com a demissão de Fernando Lima, possa tê-lo beneficiado. Aliás, a situação do Presidente é problemática no seu próprio campo político, como se vê pelas leituras de figuras tão distintas como Pacheco Pereira e Luís Filipe Menezes — o primeiro declarando que Cavaco está irremediavelmente comprometido com os resultados eleitorais, o segundo observando que a demissão de Lima foi uma "ajudinha ao PS". No domingo à noite, qualquer dos derrotados — PS ou PSD — tem

bons motivos para olhar para Belém. E essa é a situação mais indesejável para um Presidente em tempo de eleições.

Aquilo que em Agosto, quando a presidência tornou pública a sua inquietação sobre a alegada vigilância, parecia uma questão anedótica, veio a tornar-se o mais delicado dos 'casos' em que a campanha foi fértil. Cavaco, sempre tão cuidadoso e seguro a

No domingo à noite, qualquer que seja o derrotado — PS ou PSD — tem razões para se queixar de Belém

conduzir a sua agenda, acaba enredado numa teia de que só poderá sair menos mal se tiver "coisas graves" para dizer, como assegura Pacheco Pereira. E mesmo que assim seja ninguém perceberá porque as não disse em devido tempo: há um ano e meio quando parece ter começado toda esta história, há um mês e meio, quando ela chegou às páginas do "Público", ou no fim da semana passada, quando o seu assessor de Imprensa foi publicamente acusado de encomendar uma intriga contra o Governo. O Presidente começou a campanha a prometer silêncio. Acabou por falar de mais, mas sem dizer a única coisa que o país precisa de saber com rigor: se a tal vigilância existiu ou foi inventada.

SEM DÓ NEM PIEDADE

A partir do momento em que foi divulgado o célebre *mail* do "Público", a continuação de Fernando Lima nas funções que desempenhava era politicamente insustentável. O relato das diligências que lhe foram imputadas e que estarão na origem do 'caso das escutas' pode não ser rigoroso — e poderia até nem ser verdadeiro, se bem que a demissão pareça confirmá-lo quanto ao essencial. Mas seria indefensável um assessor de Imprensa do Presidente continuar em funções depois de ser exposto na praça pública como autor ou mandatário de tal iniciativa. Se permanecesse, Cavaco estaria a corresponsabilizar-se ou, pelo menos, a dar cobertura política a um caso que, tenha ou não os exactos contornos que foram divulgados, mancha o seu mandato só por ter vindo a público, sem que Belém fosse capaz de esboçar sequer uma contestação ou desmentido.

Demitindo o seu assessor, faz recair sobre ele todas as culpas, mesmo que Fernando Lima tenha agido por incumbência do Presidente. Nem surpreenderia, aliás, que o próprio Lima se dispusesse ao sacrifício público de bode expiatório com o mesmo espírito de serviço de que deu provas durante um quarto de século

de colaboração íntima com Cavaco. Tão íntima, leal e devotada que dificilmente se acredita que tenha tomado a iniciativa que lhe é atribuída sem o incentivo, a autorização ou, no mínimo, o conhecimento prévio do Presidente.

O interesse político de Cavaco impunha a demissão de Lima, por mais penosa que ela se afigure aos olhos de quem conhece a sua entrega e dedicação ao homem que está hoje em Belém — e que lhe deve, quanto à projecção da sua imagem, uma boa parte do que conseguiu. Mas há muitas maneiras de apresentar o afastamento de um colaborador fiel quando se torna inevitável. E Cavaco escolheu a mais agreste: uma notícia seca na Lusa anunciando a destituição imposta sem dó nem piedade. Nenhuma fórmula compassiva como a da demissão a pedido do próprio, nenhuma atenção ou palavra de reconhecimento pelos serviços prestados em 24 anos de colaboração. Talvez Cavaco tenha considerado que assim dava mais força e sentido à sua decisão. Mas isto diz muito sobre a crueldade na política. E também sobre a personalidade de quem não hesita aplicá-la de forma inclemente só porque é essa a sua conveniência particular num momento de aflição.

O REGABOFE CONTINUA

Esta semana foi a REN. Enquanto as políticos fazem lindos discursos sobre a necessidade de retirar lições da crise e impor limites razoáveis a vencimentos e prémios, o regabofe continua. Gestores de empresas de capital público, ou nas quais o Estado tem uma posição accionista decisiva, ignoram esses discursos moralizadores e mostram quem man-

da realmente, metendo milhões ao bolso para se pagarem dos seus prestimosos serviços. Riem-se na cara do país em crise, troçam de meio milhão de desempregados e ridicularizam governos e presidentes que lhes pedem moderação, mas que pouco fazem de concreto para travar a sua voracidade — e por isso se tornam cúmplices desta engorda indecorosa.